

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

**Demonstrações financeiras referente ao exercício findo
em 31 de dezembro de 2025**

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 51B0-43E5-8695-8AA0.

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	13
Balanços patrimoniais	17
Demonstrações de resultados	18
Demonstrações do resultado abrangente	19
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	20
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	21
Demonstrações do valor adicionado	22
Notas explicativas às demonstrações financeiras	23



via
araucária



RELEASE DE RESULTADOS

2025

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 51B0-43E5-8695-8AA0.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 51B0-43E5-8695-8AA0.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2026 – A Administração da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia” ou “Via Araucária”) submete à sua apreciação o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2025.

As informações contábeis aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A Companhia

A Via Araucária tem como objeto social a gestão da infraestrutura e a prestação de serviços públicos voltados à recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e garantia do nível de serviço do Sistema Rodoviário do Lote 01, conforme o Edital nº 01/2023, concedido pelo Governo do Estado do Paraná por meio da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O contrato de concessão possui prazo de 30 anos, com término previsto para 2054, abrangendo a administração de 473 quilômetros de rodovias federais (BR-277, BR-373, BR-376 e BR-476) e estaduais (PR-418, PR-423 e PR-427), que compõem o Lote 1 do Sistema Rodoviário do Paraná. Esse trecho inclui os Contornos Norte e Sul de Curitiba, conexões entre municípios da Região Metropolitana de Curitiba e a ligação entre a capital e Guarapuava, no Centro-Sul do estado, entre outros segmentos estratégicos.

As rodovias sob responsabilidade da Via Araucária atravessam 18 municípios das regiões Centro-Sul, Metropolitana de Curitiba e Campos Gerais, sendo parte essencial da conexão entre o Porto de Paranaguá – o maior exportador de produtos agrícolas do país –, a Região Metropolitana de Curitiba e a Ponte da Amizade, na fronteira com o Paraguai.

As praças de pedágio estão localizadas nos trechos de São Luiz do Purunã (BR-277), Lapa (BR-476), Porto Amazonas (BR-277), Imbituva (BR-373) e Irati (BR-277).

Destaques operacionais e financeiros

Em 2025, a Via Araucária consolidou-se como um dos principais agentes de transformação da infraestrutura rodoviária do Paraná. No segundo ano da concessão, a concessionária demonstrou capacidade técnica, responsabilidade operacional e eficiência na execução de obras de grande porte, conduzindo múltiplas frentes simultâneas com foco absoluto na segurança viária, no cumprimento contratual e na geração de desenvolvimento regional.

O ano foi marcado por avanços concretos, obras saindo do papel e resultados visíveis para quem utiliza diariamente as rodovias.

- ✓ Término dos trabalhos iniciais previstos em contrato
- ✓ Entrega de 9 Bases de Serviços Operacionais (BSOs)
- ✓ Início de 5 obras de duplicação e melhorias, que totalizam:
 - 70 km de rodovias duplicadas
 - 1 km de faixa adicional
 - 8 km de vias marginais
- ✓ Fase de finalização do primeiro Ponto de Parada e Descanso (PPD), com inauguração prevista para fevereiro de 2026

Grandes obras em andamento

Ao longo de 2025, a Companhia colocou em prática um amplo plano de investimento que impacta diretamente a segurança viária, a fluidez do tráfego e o desenvolvimento regional.

- Duplicação da PR-418 (Contorno Norte de Curitiba) - As obras de duplicação e construção de novos viadutos na PR-418, seguem em intensa rotatividade, com supressão vegetal, terraplenagem e drenagem. A rodovia é conhecida como Contorno Norte de Curitiba, avançando pela capital paranaense, Almirante Tamandaré e Colombo, essas duas cidades da Região Metropolitana. A previsão é que a obra seja entregue em 2027. Nessa fase, serão duplicados 16,76 quilômetros, entre o km 5 e o km 21, com a construção e readequação de viadutos para melhorar o fluxo e a segurança no acesso aos bairros ao redor da rodovia. No total, o trecho terá sete novos viadutos.
- Duplicação da PR-423: as obras seguem em intensa rotatividade. A rodovia conecta a BR-476, em Araucária, às BR-277 e BR-376, em Campo Largo. A previsão é que a obra seja entregue em 2027.
- Duplicação BR-277 – principal corredor logístico do Paraná, que conecta a tríplice fronteira com Paraguai e Argentina ao Porto de Paranaguá. Nesta primeira etapa, serão 27,5 quilômetros de duplicações, além de novos dispositivos de retorno e obras de arte especiais, com conclusão prevista para fevereiro de 2027 e investimento de R\$240 milhões.

Destinação de imposto de renda

No ano de 2025, a Via Araucária destinou R\$2,5 milhões do valor de imposto de renda, a projetos sociais, culturais e esportivos, em conformidade com a legislação de incentivo fiscal. As destinações foram realizadas de forma estratégica, priorizando projetos alinhados aos valores da empresa, essa atuação contribui para o fortalecimento da cidadania e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Desempenho operacional e financeiro

Cabe destacar que os resultados apresentados para os doze meses de 2025 não são diretamente comparáveis aos do mesmo período de 2024, uma vez que as atividades operacionais da Companhia foram iniciadas em 26 de fevereiro de 2024 e o início da cobrança de pedágio em 23 de março de 2024. Dessa forma, o desempenho referente aos doze meses de 2024 contempla apenas um período parcial de operação, enquanto o resultado dos doze meses de 2025 reflete doze meses completos de atividades. Essa diferença de base temporal deve ser considerada na análise comparativa entre os períodos.

Operacional

Tráfego pedagiado

O desempenho de tráfego é acompanhado por meio de veículos equivalentes (VE), que considera a equivalência entre veículos leves e pesados com base em seu impacto na infraestrutura viária e no fluxo operacional.

Desempenho	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Veículos equivalentes (mil)	15.863	14.621	7,8%	64.692	46.874	27,5%
Veículos leves	4.107	3.994	2,8%	15.349	11.228	26,8%
Veículos pesados	11.756	10.627	9,6%	49.343	35.646	27,8%

A Companhia registrou um tráfego de 15,9 milhões de veículos equivalente no 4T25, que representa um aumento de 7,8% (R\$1,2 milhões) em comparação com o mesmo período do ano anterior. O volume de veículos equivalentes registrado evidencia o comportamento do tráfego total, considerando a ponderação entre veículos leves e pesados, refletindo a consolidação do tráfego ao longo do trecho concedido.

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Release de resultados em 31 de dezembro de 2025

Em 2025, o volume total de tráfego registrado de veículos equivalentes foi de 64,7 milhões e 46,9 milhões em 2024 que se refere a 9 meses e 9 dias de operação.

Fluxo de veículos aplicado pelo fator de equivalência

Durante os períodos analisados, observa-se uma predominância do volume de veículos pesados quando comparado ao volume de veículos leves, o que caracteriza um perfil de tráfego mais voltado ao transporte de cargas e operações logísticas. Esse comportamento é consistente com a vocação econômica da região atendida pela Concessionária, que possui forte presença do setor agropecuário e industrial.

Leves		Pesados		Leves		Pesados	
4T25	4T24	4T25	4T24	2025	2024	2025	2024
25,9%	27,3%	74,1%	72,7%	23,7%	24,0%	76,3%	76,0%

Financeiro

Receita

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receitas de pedágio	158.056	137.253	13,2%	616.178	443.809	28,0%
Receitas acessórias	87	-	100,0%	326	-	100,0%
Receitas de construção	85.479	119.674	(40,0%)	322.464	386.069	(19,7%)
Receita bruta	243.622	256.927	(5,5%)	938.968	829.878	11,6%
(-) Receitas de construção	(85.479)	(119.674)	(40,0%)	(322.464)	(386.069)	(19,7%)
Receita bruta ajustada¹	158.143	137.253	13,2%	616.504	443.809	28,0%
Deduções	(13.678)	(11.876)	13,2%	(53.333)	(38.403)	28,0%
Receita líquida ajustada¹	144.465	125.377	13,2%	563.171	405.406	28,0%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Receitas de pedágio

No 4T25, as receitas de pedágio apresentaram um desempenho consistente, refletindo a operação plena do período, apresentando um aumento de 13,2% (R\$20,8 milhões) quando comparado com o 4T24.

As receitas de pedágio totalizaram R\$158,1 milhões no 4T25, o desempenho da receita também reflete a estabilidade nas operações de arrecadação, a eficiência dos sistemas eletrônicos implantados e a adesão crescente aos meios automáticos de pagamento, que contribuem para maior fluidez no tráfego e redução de evasões.

A variação observada na comparação entre os exercícios de 2025 e 2024 foi de 28%, correspondente a R\$172,4 milhões. Ressalta-se que os períodos não são diretamente comparáveis, em razão de o exercício de 2024 contemplar período incompleto de operação.

Receitas de construção

As receitas de construção acompanham os investimentos realizados em serviços de restauração, instalação e recuperação da infraestrutura. É uma representação contábil, que a contrapartida está demonstrada na rubrica de custo dos serviços de construção, eliminando seu efeito no resultado.

Custos e despesas

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Com pessoal	(19.862)	(18.997)	4,4%	(78.531)	(63.885)	18,6%
Serviços de terceiros	(8.888)	(6.631)	25,4%	(41.869)	(29.987)	28,4%
Conservação e manutenção	(6.023)	(5.427)	9,9%	(27.591)	(14.077)	49,0%
Consumo	(1.298)	(927)	28,6%	(4.333)	(2.714)	37,4%
Transportes	(1.500)	(1.793)	(19,5%)	(6.379)	(3.875)	39,3%
Seguros / Garantias	(1.148)	(869)	24,3%	(4.446)	(4.630)	(4,1%)
Comunicação e marketing	(116)	(160)	(37,9%)	(336)	(769)	(128,9%)
Publicações legais	(6)	(18)	(200,0%)	(14)	(84)	(500,0%)
Contingências	(80)	(8)	90,0%	(446)	(8)	98,2%
Outras despesas operacionais	(1.503)	(1.749)	(16,4%)	(6.654)	(8.937)	(34,3%)
Outras despesas diversas	(869)	(726)	16,5%	(2.437)	(2.531)	(3,9%)
Custos e despesas gerais e administrativas	(41.293)	(37.305)	9,7%	(173.036)	(131.497)	24,0%
Verba de fiscalização	(3.578)	(3.328)	7,0%	(13.656)	(11.132)	18,5%
Retenção contratual	(8.296)	(4.107)	50,5%	(25.882)	(13.243)	48,8%
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(413)	-	100,0%	(538)	-	100,0%
Depreciação e amortização	(27.636)	(19.232)	30,4%	(107.603)	(34.616)	67,8%
Custos e despesas operacionais ajustados ¹	(81.216)	(63.972)	21,2%	(320.715)	(190.488)	40,6%
Custos de serviços da construção	(85.479)	(119.674)	(40,0%)	(322.464)	(386.069)	(19,7%)
Provisão de manutenção	(38.254)	(80.179)	(109,6%)	(216.366)	(240.537)	(11,2%)
Custos e despesas operacionais	(204.949)	(263.825)	(28,7%)	(859.545)	(817.094)	4,9%

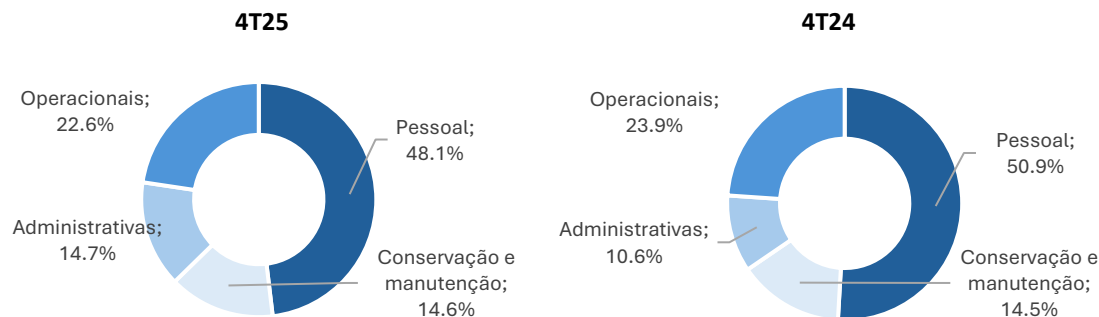
¹ Desconsidera os impactos do Custo de Construção e Provisão para Manutenção

Os custos e despesas operacionais administráveis totalizaram R\$41,3 milhões no 4T25, apresentando um aumento de 9,7% (R\$4 milhões) comparando com o 4T24, essa variação está associada à evolução do nível de atividade operacional da rodovia.

No exercício de 2025, os custos e despesas operacionais refletem a maturação das atividades operacionais em regime pleno, considerando a estruturação completa das equipes, a operação contínua dos sistemas e a manutenção dos serviços prestados aos usuários ao longo de todo o trecho concedido. Comparado ao exercício de 2024, os valores registrados são superiores, o que era esperado, uma vez que neste período resulta em um período parcial de operação, que inviabiliza a comparação direta entre os totais absolutos.

Composição dos custos e despesas administráveis

O gráfico abaixo demonstra a representatividade dos custos e despesas administráveis por agrupamento.



EBITDA e Margem EBITDA

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado líquido	30.587	(1.849)	106,0%	51.763	37.805	27,0%
(+) Depreciação e amortização	27.636	19.232	30,4%	107.603	34.616	67,8%
(+) Resultado financeiro	(21.220)	(15.827)	25,4%	(51.754)	(82.514)	(59,4%)
(+) IRPJ e CSLL	15.634	(1.064)	106,8%	26.546	19.231	27,6%
EBITDA¹	52.637	492	99,1%	134.158	9.138	93,2%
Margem EBITDA ²	36,4%	0,4%	98,9%	23,8%	2,3%	90,5%
(+) Provisão de manutenção em rodovias	38.254	80.179	(109,6%)	216.366	240.537	(11,2%)
EBITDA ajustado³	90.891	80.671	11,2%	350.524	249.675	28,8%
Margem EBITDA ajustada	62,9%	64,3%	(2,3%)	62,2%	61,6%	1,1%

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

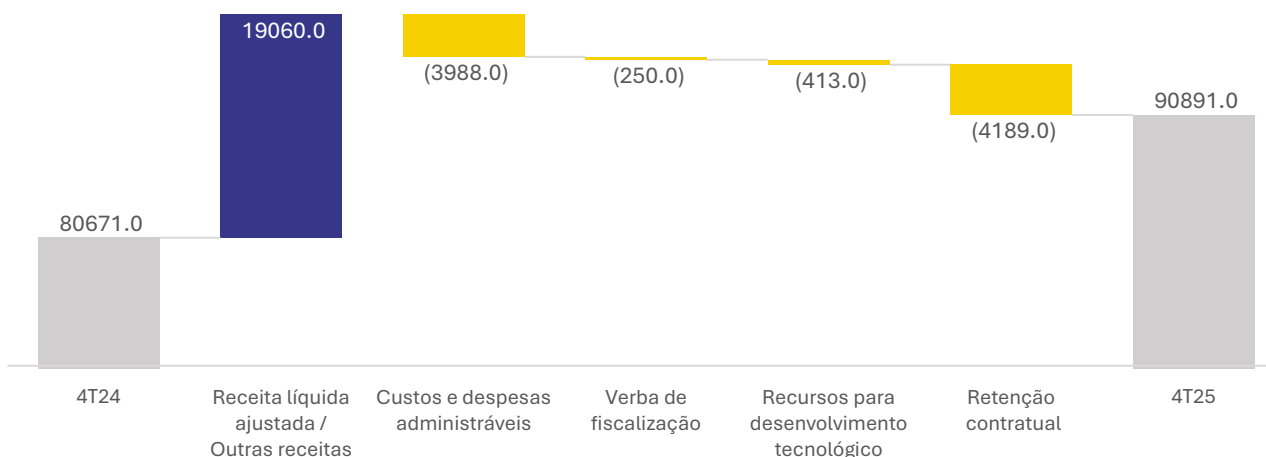
2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas e Custos de Construção.

3: Desconsidera os impactos relativos a provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01)

O EBITDA ajustado apresentado pela Companhia no 4T25 foi de R\$90,9 milhões, com uma margem de 62,9%, evidenciando a eficiência da operação. No 4T24, EBITDA Ajustado foi de R\$80,7 milhões com uma margem de 64,3%. A variação positiva decorreu, principalmente, do aumento da receita operacional no período, parcialmente compensado pela elevação dos custos e despesas operacionais.

No exercício de 2025, o EBITDA Ajustado apresentado pela Companhia foi de R\$350,5 milhões, com uma margem de 62,2%, frente ao exercício de 2024, que apresentou o EBITDA Ajustado de R\$249,7 milhões com uma margem de 61,6%. O crescimento do EBITDA Ajustado em comparação a 2024 está relacionado, sobretudo, à expansão da base de receitas, considerando que o exercício anterior contemplou período incompleto de operação.

Variação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)



Resultado Financeiro

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receitas financeiras	14.572	16.927	(16,2%)	56.424	87.201	(54,5%)
Aplicações financeiras	12.515	13.856	(10,7%)	54.357	61.022	(12,3%)
Outras receitas	10	11	(10,0%)	20	20	0,0%
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	2.047	3.060	(49,5%)	2.047	26.159	(1177,9%)
Despesas financeiras	6.648	(1.100)	116,5%	(4.670)	(4.687)	(0,4%)
Tributos s/receitas financeiras	(583)	(645)	(10,6%)	(2.529)	(2.839)	(12,3%)
Outras despesas	(191)	(205)	(7,3%)	(1.054)	(755)	28,4%
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	7.422	(250)	103,4%	(1.087)	(1.093)	(0,6%)
Resultado financeiro	21.220	15.827	25,4%	51.754	82.514	(59,4%)

No 4T25, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma receita de R\$21,2 milhões, excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro foi de uma receita de R\$11,8 milhões. Em relação ao 4T24, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma receita de R\$15,8 milhões, excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro foi de uma receita de R\$13 milhões.

O resultado financeiro líquido excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, no exercício de 2025 foi de uma receita de R\$50,8 milhões e no exercício de 2024 foi de R\$57,4 milhões. A redução no resultado financeiro está associada, principalmente, às variações nas condições financeiras aplicáveis ao período.

Imposto de renda e contribuição social

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Corrente	(20.760)	(25.807)	(24,3%)	(77.452)	(93.596)	(20,8%)
Diferido	5.126	26.871	(424,2%)	50.906	74.365	(46,1%)
IR e CS	(15.634)	1.064	106,8%	(26.546)	(19.231)	27,6%

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes apurados nos períodos refletem o resultado contábil apurado, considerado o regime de lucro real trimestral, conforme a legislação vigente aplicável. No 4T25, R\$650 mil do imposto de renda corrente, foi pago por meio de destinações a projetos sociais, culturais e esportivos, conforme a legislação de incentivo fiscal.

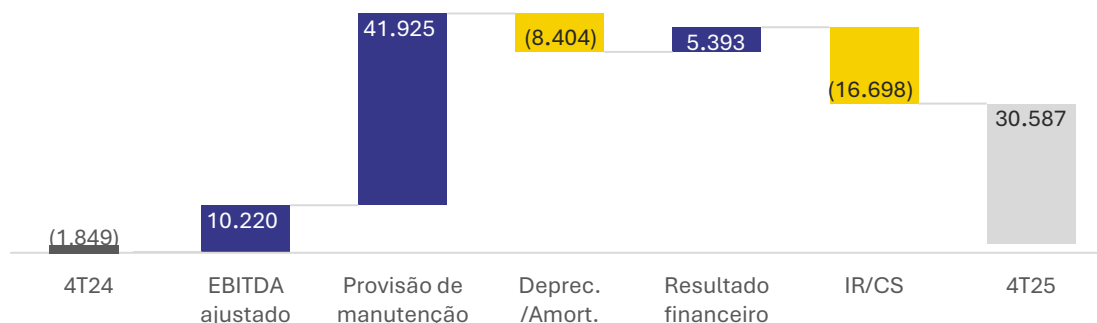
A Companhia reconheceu valores referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrentes principalmente de diferenças temporárias entre a apuração contábil e fiscal de determinadas receitas e despesas, conforme previsto pelas normas contábeis aplicáveis.

Resultado do exercício

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado do exercício	30.587	(1.849)	106,0%	51.763	37.805	27,0%

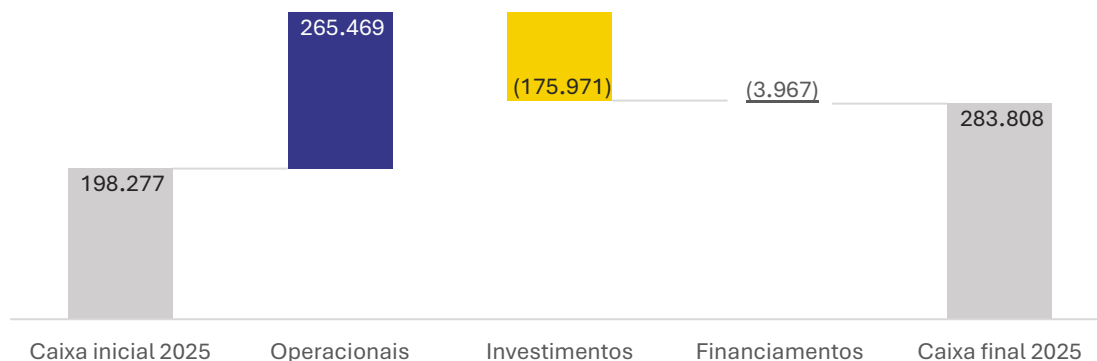
A Via Araucária apresentou um lucro líquido de R\$30,6 milhões no 4T25 frente ao prejuízo líquido de R\$1,8 milhões do 4T24. No exercício de 2025 o lucro líquido apurado foi de R\$51,8 milhões, representando uma variação de R\$13,9 milhões quando comparada ao exercício de 2024 que apurou um lucro líquido de R\$37,8 milhões reflexo das variações apresentadas.

Variação do resultado



Fluxo de caixa

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa da Companhia foi de R\$225,8 milhões, classificados como recursos de alta liquidez.



O fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo de R\$265,5 milhões, sustentado pelo desempenho da receita de pedágio.

O fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou R\$176 milhões, concentrado principalmente na continuidade das obras e melhorias obrigatórias previstas em contrato, além da manutenção dos ativos existentes.

O fluxo de caixa das atividades de financiamentos totalizou R\$4 milhões, que registraram as saídas relacionadas aos arrendamentos mercantis.

A Companhia detém de aplicações financeiras que estão sujeitas às remunerações do Certificado de Depósito de Interbancário – CDI, que serão utilizados para os investimentos previstos no contrato de concessão, e no exercício de 2025 saldo final foi de R\$50,1 milhões (R\$290 milhões em 31 de dezembro de 2024).

O saldo final de conta corrente restrita da Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$66,9 milhões (R\$40 milhões em 31 de dezembro de 2024), que se refere ao aporte contratual obrigatório, as retenções contratuais sobre toda receita adicionado ao rendimento desta conta, essas operações são realizadas em conta bancária de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário, sendo certo que, no ato de sua constituição, foi outorgados poderes para a movimentação da conta, exclusivamente pela ANTT e para os fins previstos no Edital e no Contrato.

Recursos vinculados

A **Conta Centralizadora** e as **Contas da Concessão** (Conta de Ajuste e Conta de Retenção) são de titularidade da Concessionária e movimentadas exclusivamente pelo Banco Depositário, conforme previsto no contrato de administração do Mecanismo de Contas. Todos os encargos e taxas relacionados à contratação do Banco Depositário são de responsabilidade exclusiva da Concessionária.

Em conformidade com as obrigações estabelecidas no contrato de concessão firmado entre a Companhia e a ANTT, todos os recursos provenientes da Remuneração do Sistema Rodoviário são depositados diretamente na Conta Centralizadora. Com isso definido, 3% da receita bruta recebida na Conta Centralizadora é direcionada às Contas da Concessão, sob gestão exclusiva do Banco Depositário, nos termos do contrato do Mecanismo de Contas.

Essa estrutura opera sem qualquer intercorrência e assegura total transparência, garantindo o cumprimento rigoroso das normas contratuais e regulatórias aplicáveis ao Mecanismo de Contas.

Investimentos

No 4T25, a Companhia deu continuidade à execução dos investimentos previstos de recuperação em pavimento, terraplenos e contenções, sinalizações verticais e horizontais, iluminação, equipamentos de proteção e seguranças, drenagens, recuperações de OAE's e duplicações, totalizando um investimento de R\$85,5 milhões. No 4T24 o investimento foi de R\$119,7 milhões em atendimento as implementações iniciais para inicialização da operação.

A Companhia encerrou o exercício de 2025 com um investimento totalizando R\$322,5 milhões, em comparação aos investimentos de R\$386,1 milhões realizados no exercício de 2024.

R\$ mil	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Investimentos	85.479	119.674	(40,0%)	322.464	386.069	(19,7%)

Considerações finais

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios dos usuários, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2025: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 80/22)

A Diretoria da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e conclusão

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Release de resultados em 31 de dezembro de 2025

expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Curitiba, 27 de fevereiro de 2026.

Sergio Ray Santillan
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro

Danilo Iankovski
Contador CRC 1SC027138/O-0 T-PR

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 51B0-43E5-8695-8AA0.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.**
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento dos custos capitalizados no ativo de concessões

Veja a Nota 7 (v) e 17 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu adições de “infraestrutura em construção” no montante de R\$ 259.909 mil, referente a infraestrutura em construção e adiantamentos a fornecedores de serviços de obras, e adições de “intangível em rodovias – obras e serviços” no montante de R\$ 118.621 mil que estão sendo realizadas nas rodovias sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01 (R1)/OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas, conforme estabelecido no contrato de concessão, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos uma vez que não representam potencial de geração de receita.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido a relevância dos valores envolvidos bem como à natureza da política contábil relativa ao assunto que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Testes documentais, em base amostral, nas adições de infraestrutura em construção, que compreende a:<ul style="list-style-type: none">(i) Inspeção de contratos de prestação de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo; e(ii) Inspeção das medições de andamento de obras.- Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos nos contratos de concessão; e- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevante. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores capitalizados de gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às

demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

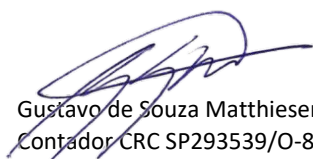
Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP293539/O-8

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	9.a	283.808	198.277	Fornecedores	19	38.036	36.754
Aplicações financeiras	9.c	50.166	289.955	Passivo de arrendamento	23	3.789	3.588
Contas a receber	10	41.573	30.738	Obrigações sociais	21	14.360	10.575
Outras contas a receber	18	1.900	348	Obrigações fiscais	22	7.025	7.544
Estoque	13	8.064	6.973	Imposto de renda e contribuição social a pagar	22	16.958	22.080
IRPJ e CSLL a recuperar	11.a	51	9	Outras contas a pagar - partes relacionadas	18	995	878
Tributos a recuperar	11.b	4.739	3.310	Taxa de fiscalização	20.a	1.193	1.109
Despesas antecipadas	12	2.535	152	Credores pela concessão	20.b	68.637	41.252
Adiantamentos a fornecedor		116	576	Provisão de manutenção	24	139.253	81.553
Outros créditos		180	16	Outras contas a pagar		700	174
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		393.132	530.354	Dividendos obrigatórios	18	814	323
NÃO CIRCULANTE				TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		291.760	205.830
Despesas antecipadas	12	410	13	NÃO CIRCULANTE			
Conta da concessão restrita	9.b	66.946	40.007	Passivo de arrendamento	23	5.879	4.483
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.b	126.284	75.378	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	25	288	-
Depósito judicial	25	36	10	Provisão de manutenção	24	223.299	132.825
TOTAL REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		193.676	115.408	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		229.466	137.308
Direito de uso	15	8.720	7.155	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	16	39.066	34.709	Capital social	26.a	735.074	735.074
Intangível em operação	17	461.654	412.877	Reserva de lucros	26.b	84.955	33.683
Infraestrutura em construção	17	245.007	11.392	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		820.029	768.757
		754.447	466.133				
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		948.123	581.541				
TOTAL DO ATIVO		1.341.255	1.111.895	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.341.255	1.111.895

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) do exercício por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	27	885.635	791.475
Custo dos serviços prestados	28	(788.602)	(768.281)
LUCRO BRUTO		97.033	23.194
Gerais e administrativas	28	(70.943)	(48.813)
Outras receitas/despesas operacionais, líquidas		465	141
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		26.555	(25.478)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	29	56.424	87.201
Despesas financeiras	29	(4.670)	(4.687)
		51.754	82.514
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		78.309	57.036
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	14.a	(77.452)	(93.596)
Diferidos	14.a	50.906	74.365
		(26.546)	(19.231)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		51.763	37.805
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)		0,0704	0,0476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024.

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO	51.763	37.805
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>51.763</u>	<u>37.805</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reservas legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		735.074	-	-	(3.799)	731.275
Resultado do exercício		-	-	-	37.805	37.805
Constituição de reserva legal		-	1.700	-	(1.700)	-
Dividendos		-	-	-	(323)	(323)
Retenção de lucros		-	-	31.983	(31.983)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	26.a	735.074	1.700	31.983	-	768.757
Lucro do exercício		-	-	-	51.763	51.763
Constituição de reserva legal		-	2.588	-	(2.588)	-
Dividendos		-	-	-	(491)	(491)
Retenção de lucros		-	-	48.684	(48.684)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	26.a	735.074	4.288	80.667	-	820.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do exercício		51.763	37.805
Ajustes para conciliar o resultado líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	28	107.603	34.616
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.a	(50.906)	(74.365)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14.a	77.452	93.596
Despesa (Receitas) financeira dos ajustes a valor presente s/provisão de manutenção	29	(2.047)	(26.159)
Despesa financeira - juros arrendamento mercantil	29	1.087	1.093
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	25	446	8
Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	25	45	-
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	24	216.366	240.537
Baixa de ativos permanentes	17	58	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		(10.835)	(30.738)
Outras contas a receber		(1.552)	23.925
Estoques		(1.091)	(6.973)
Despesas antecipadas		(2.780)	4.387
Impostos a recuperar		(1.471)	(2.463)
Outros créditos		(164)	(16)
Depósitos judiciais		(26)	(10)
Adiantamentos a fornecedores		460	(565)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		(67.075)	1.422
Outras contas a pagar - partes relacionadas		117	572
Obrigações sociais		3.785	9.877
Obrigações fiscais		(9.171)	(2.836)
Credores pela concessão		27.385	41.252
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais		(203)	(8)
Taxa de fiscalização		84	1.109
Outras contas a pagar		526	174
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(996)	(217)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(73.391)	(61.598)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		265.469	284.425
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Conta da concessão restrita		(26.939)	(11.430)
Aplicação financeira		239.789	(85.395)
Aquisições de itens do ativo imobilizado	16	(10.764)	(35.896)
Aquisições de itens do intangível e infraestrutura em construção		(378.057)	(398.427)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(175.971)	(531.148)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento arrendamento mercantil		(3.967)	(7.444)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamento		(3.967)	(7.444)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		85.531	(254.167)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		198.277	452.444
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		283.808	198.277
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO SALDO DE EQUIVALENTES DE CAIXA		85.531	(254.167)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024
RECEITAS		939.492	830.019
Prestação de serviços	27	616.178	443.809
Receitas acessórias	27	326	-
Outras receitas		524	141
Receita dos serviços de construção	27	322.464	386.069
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(673.040)	(718.032)
Custo de construção	28	(322.464)	(386.069)
Custo dos serviços prestados		(28.944)	(21.923)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(50.701)	(28.647)
Credor pela concessão		(44.472)	(29.005)
Custos de provisão de manutenção em rodovias	28	(216.366)	(240.537)
Outros		(10.093)	(11.851)
VALOR ADICIONADO BRUTO		266.452	111.987
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	28	(107.603)	(34.616)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		158.849	77.371
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		56.424	87.201
Receitas financeiras	29	56.424	87.201
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		215.273	164.572
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		215.273	164.572
Pessoal e encargos:		78.531	63.884
Remuneração direta		64.201	52.165
Benefícios		10.862	9.331
FGTS		3.468	2.388
Impostos, taxas e contribuições:		82.778	60.765
Federais		51.887	38.532
Estaduais		14	12
Municipais		30.877	22.221
Remuneração de capitais de terceiros:		2.201	2.118
Aluguéis		355	519
Outras		1.846	1.599
Remuneração de capitais próprios:		51.763	37.805
Lucros retidos		51.272	37.482
Dividendos		491	323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 51B0-43E5-8695-8AA0.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), é uma sociedade de propósito específico, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, situada na Avenida Sete de Setembro, 4476, Curitiba, Estado do Paraná.

A Companhia tem como objeto social a exploração do lote rodoviário federal BR-277/373/376/476 e PR-418/423/427, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 01 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, em conformidade com o Edital de Licitação nº 01/2023, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) vencido em 25 de agosto de 2023, sob a forma de concessão de serviço iniciado em 26 de janeiro de 2024, compreendendo a prestação de serviços de execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia e realização dos investimentos necessários.

A Companhia tem como única controladora direta a Infra BR V Rodovias Holding III S.A., que por sua vez tem como controladora final do Grupo o (i) Pátria Infraestrutura V Master Brasil Fundo de Investimento em Participações, (ii) Pátria Infraestrutura V Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e (iii) Oregon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão foi celebrado em 30 de janeiro de 2024, com prazo de 30 anos para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário que compõem o Lote 1 Paraná e integram a concessão as praças de pedágio P1 – S. L. Do Purunã – PR (km 140+000) da BR-277/PR, P2 – Lapa – PR (km 191+500) da BR-476/PR, P3 – Porto Amazonas – PR (km 165+700) da BR-277/PR, P4 – Imbituva – PR (km 216+000) da BR-373/PR e P5 – Irati – PR (km 256+100) da BR-277/PR.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Nos termos do contrato, a Companhia assumiu compromissos de implantação das seguintes obras:

- 344 km de duplicação de rodovia;
- 215 km de faixas adicionais;
- 32 km de vias marginais;
- 27 km de ciclovias;
- 63 interseções;
- 20 correções de traçado;
- 12 passarelas;
- 92 melhorias de acesso;
- 3 km de barreira antirruído;
- 14 passagens de fauna;
- 31 caixa de produtos perigosos.

Os principais compromissos firmados pela Companhia decorrentes do contrato de concessão são:

- (a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da verba de fiscalização que será

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

(b) A Companhia deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Companhia, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Companhia assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro.

(e) A Companhia assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Companhia assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui compromissos contratuais de investimentos em infraestrutura, recuperações e manutenções necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, cujo montante estimado ainda compromissado totaliza R\$9,1 bilhões, a ser executado ao longo do prazo remanescente da concessão. Tais valores estão sujeitos a revisões decorrentes de eventuais adequações contratuais e da atualização das estimativas de custos, sendo pelo menos anualmente revisados.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS Accounting Standards*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – (“IASB”)* e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Julgamentos

As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Contabilização do contrato de concessão: na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.
- Nota explicativa 17 - momento de reconhecimento do ativo intangível: a Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.
- Nota explicativa 17 - determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: a Companhia reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitados ao prazo da respectiva concessão. A Companhia reconhece a amortização no resultado linearmente e com base no prazo remanescente da concessão.
- Nota explicativa 27 - determinação das receitas de construção: de acordo com ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão (IFRIC 12), quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.
- Nota explicativa 24 - provisão para manutenção referente ao contrato de concessão: a contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituição nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos para o próximo ciclo, o qual ocorre, em média, a cada cinco anos.

ii. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possui um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- Nota explicativa 24 - determinação de provisões para manutenção – estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.
- Nota explicativa 25 – determinação de provisões para riscos processuais – reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos.
- Nota explicativa 14 - imposto diferido: o imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

iii. Mensuração do valor justo

A informação sobre mensuração do valor justo na data da emissão do relatório está relacionada ao seguinte aspecto:

- instrumentos financeiros – nota explicativa 31.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras em e para no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

6. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

7. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

i. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

ii. Aplicações financeiras

Incluem os montantes de aplicações financeiras sem conversibilidade imediata em caixa. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das rodovias objeto do contrato de concessão e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

iii. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Impostos correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o resultado líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

iv. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico de aquisição menos depreciação acumulada e qualquer perda acumulada por redução ao valor recuperável “*impairment*”. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada dos itens, limitada ao prazo de concessão, conforme divulgado na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras. A depreciação é reconhecida no resultado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

v. Intangível e infraestrutura em construção

A Companhia, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão (refere-se a data que a infraestrutura se encontra disponível para uso). A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos valores residuais durante o prazo de concessão.

vi. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

A Companhia revisa anualmente o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis e avalia se há algum indício de que tais ativos sofreram perda por impossibilidade de recuperação de seu valor.

Por tratar-se de concessão, a Companhia não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. A Companhia possui uma única UGC, correspondente ao conjunto de ativos que atua de forma integrada na exploração do contrato de concessão.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado, do valor da moeda no tempo e os riscos específicos da UGC.

Para as revisões das projeções, as principais premissas utilizadas, estão sempre relacionadas à estimativa da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço das tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à sua elasticidade para cada UGC, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital, taxas de descontos e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before taxes* - EBT). No cálculo da taxa de desconto foi considerado o custo da dívida líquido de impostos e o custo de capital próprio ponderados pelo peso de cada um deles.

Se o montante recuperável do ativo ou UGC calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada fim de exercício para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Em caso afirmativo, estima-se o valor recuperável do ativo e a perda é registrada no resultado.

Não foram identificados indícios de perda por redução ao valor recuperável dos ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e, portanto, não houve necessidade de reconhecimento de perdas nesses períodos.

vii. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

viii. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

ix. Provisão para riscos processuais

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórios e trabalhistas com base na avaliação de probabilidade de perda, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

x. Credor pela concessão

Representa os valores da Companhia a pagar ao Poder Concedente decorrentes das obrigações constantes no contrato de concessão. Os valores encontram-se contabilizados pelo valor presente, considerando os índices contratuais.

xi. Provisão de manutenção

A Companhia reconhece provisão para manutenção relacionada as obrigações contratuais dos ativos operacionais vinculados ao trecho da concessão rodoviária. As obrigações decorrem dos termos do contrato de concessão e tem como objetivo assegurar a condição da infraestrutura em níveis preestabelecidos de utilização, conforme determinado pelo poder concedente. A constituição é com base na melhor estimativa técnica, considerando a periodicidade e o escopo das intervenções previstas de recuperação de pavimento, bem como o histórico de custos e os parâmetros de engenharia aplicáveis. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações. A taxa de desconto utilizada é de 14,35% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (10,84% ao ano em 31 de dezembro de 2024).

xii. Arrendamento Mercantil – CPC 06 ((R2) / IFRS 16

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Companhia, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Companhia mensura o passivo de arrendamento ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa incremental de financiamento utilizando premissas de mercado (i) curva de risco de crédito, (ii) curva de juros e (iii) prazo contratual.

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A medida em que a base para determinar os pagamentos futuros do arrendamento muda conforme exigido pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia reavalia o passivo do arrendamento descontando os pagamentos do arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada que reflete a mudança para uma taxa de juros de referência alternativa.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e/ou de curto prazo

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional, diretamente no resultado do exercício, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

xiii. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2025 não há instrumentos classificados como VJORA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(a) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

xiv. Resultado básico e diluído por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

xv. Reconhecimento de receita

(a) Receitas de serviços

As receitas provenientes de pedágio e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15). A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

(c) **Receitas e despesas financeiras**

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, passivos e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

xvi. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

xvii. Benefícios a empregados

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

8. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

9. Caixa e equivalentes de caixa, conta corrente restrita e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

<u>Circulante</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Caixa e contas bancárias	1.700	3.814
Aplicações financeiras	282.108	194.463
Total	283.808	198.277

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 99,65% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (98% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 31.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conta da concessão restrita

<u>Não circulante</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Conta corrente restrita	66.946	40.007
Total	66.946	40.007

A Companhia possui conta bancária de titularidade própria, classificada como de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário, em atendimento às disposições do Edital e do Contrato de Concessão. No ato de sua constituição, foram outorgados poderes exclusivos de movimentação à ANTT, sendo vedado à Companhia o acesso direto aos valores.

Trata-se de Contas da Concessão, sendo Conta de Aporte vinculada aos Recursos Vinculados oriundos do lance vencedor do leilão de concessão, com a finalidade de constituir garantia do cumprimento das obrigações contratuais junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Conta de Ajuste vinculada aos depósitos de valores gerados pela Concessão, onde mensalmente, são creditados os valores retidos a título de ônus da concessão, conforme percentual estabelecido contratualmente sobre a receita bruta. Além disso, a conta é remunerada por rendimentos financeiros, cujos valores permanecem integralmente vinculados às finalidades da conta.

A Conta da Concessão é apresentada no balanço patrimonial na rubrica de ativos não circulantes restritos, refletindo sua natureza jurídica e contratual de indisponibilidade operacional, e os recursos nela mantidos somente poderão ser utilizados mediante autorização da autoridade concedente, para os fins previstos no Edital e no Contrato (Garantia).

c) Aplicações financeiras

<u>Circulante</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Aplicações financeiras	50.166	289.955
Total	50.166	289.955

CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 99,65% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (98% a.a. em 31 de dezembro de 2024), e serão utilizados para os investimentos previstos no contrato de concessão.

10. Contas a receber

Estão representados por:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	39.102	29.376
Cupons de pedágio a receber	4	-
Vale pedágio a receber	2.057	1.037
Outras arrecadações de pedágio	410	325
Total	41.573	30.738

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas das instituições intermediárias no processo de meios de pagamentos automáticos, Operadoras de Serviço de Arrecadação – “OSA”. O prazo de vencimento acordado em contrato com as OSA’s é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa 31.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. Impostos a recuperar

Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Circulante	4.790	3.319
	<u>4.790</u>	<u>3.319</u>

Estão representados por:

a) IRPJ e CSLL a recuperar

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Imposto de renda a recuperar (IRPJ)	34	1
Contribuição social a recuperar (CSLL)	17	8
Total circulante	<u>51</u>	<u>9</u>

b) Tributos a recuperar

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.677	3.099
Programa de integração social - PIS	1	1
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4	4
Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISSQN	3	12
Outros	54	194
Total circulante	<u>4.739</u>	<u>3.310</u>

12. Despesas antecipadas

Estão representados por:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Prêmios de seguros a apropriar (a)	2.944	163
Outras despesas antecipadas a apropriar	1	2
Total	<u>2.945</u>	<u>165</u>
Circulante	2.535	152
Não circulante	410	13
	<u>2.945</u>	<u>165</u>

(a) Prêmios de seguros tem a sua apropriação de acordo com o período de vigência individual de cada apólice.

13. Estoque

Estão representados por:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Material para pavimentação	19	114
Elementos de proteção e segurança	1.930	1.630
Material de sinalização	4.230	3.808
Outros	1.885	1.421
Total	<u>8.064</u>	<u>6.973</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	78.309	57.036
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal	<u>(26.625)</u>	<u>(19.392)</u>
Adições e exclusões permanentes, líquidas	79	161
Total imposto apurado	<u>(26.546)</u>	<u>(19.231)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(77.452)	(93.596)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	50.906	74.365
	<u>(26.546)</u>	<u>(19.231)</u>
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(34%)

b) Saldos patrimoniais diferido

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão de participação nos lucros	8.019	5.891
Riscos cíveis e trabalhistas	288	-
Outras provisões	566	515
Provisão para manutenção de rodovias	362.552	214.378
Arrendamentos	-	916
Base de cálculo diferenças temporárias	<u>371.425</u>	<u>221.700</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total diferenças temporárias	<u>126.284</u>	<u>75.378</u>
Não circulante	126.284	75.378

c) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa	-	(2.686)
Provisão de participação nos lucros	2.128	5.637
Riscos cíveis e trabalhistas	288	-
Outras provisões	51	475
Provisão para manutenção de rodovias	148.174	214.378
Arrendamentos	(916)	916
Base de cálculo diferenças temporárias	<u>149.725</u>	<u>218.720</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total diferenças temporárias	<u>50.906</u>	<u>74.365</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

15. Direito de uso

A movimentação é como segue:

	31.12.2024	Adições	Remensuração	Baixas	31.12.2025
<u>Custo</u>					
Veículos (a)	5.431	4.840	262	(117)	10.416
Imóveis	1.820	947	81	-	2.848
Máquinas e equipamentos (b)	4.198	-	-	(4.198)	-
Guinchos	3.885	-	-	(3.885)	-
Outros (c)	181	-	-	(181)	-
Total custo	15.515	5.787	343	(8.381)	13.264
<u>Amortização acumulada</u>					
Veículos	(1.116)	(2.642)	-	28	(3.730)
Imóveis	(343)	(471)	-	-	(814)
Máquinas e equipamentos	(3.498)	(700)	-	4.198	-
Guinchos	(3.237)	(648)	-	3.885	-
Outros	(166)	(15)	-	181	-
Total amortização acumulada	(8.360)	(4.476)	-	8.292	(4.544)
Direito de uso líquido	7.155	1.311	343	(89)	8.720
	31.12.2023	Adições	Remensuração	Baixas	31.12.2024
<u>Custo</u>					
Veículos (a)	-	5.426	5	-	5.431
Imóveis	-	2.761	(941)	-	1.820
Máquinas e equipamentos (b)	-	4.198	-	-	4.198
Guinchos	-	3.885	-	-	3.885
Outros (c)	-	181	-	-	181
Total custo	-	16.451	(936)	-	15.515
<u>Amortização acumulada</u>					
Veículos	-	(1.116)	-	-	(1.116)
Imóveis	-	(343)	-	-	(343)
Máquinas e equipamentos	-	(3.498)	-	-	(3.498)
Guinchos	-	(3.237)	-	-	(3.237)
Outros	-	(166)	-	-	(166)
Total amortização acumulada	-	(8.360)	-	-	(8.360)
Direito de uso líquido	-	8.091	(936)	-	7.155

- (a) Refere-se à locação de veículos administrativos e veículos relacionados a operação da rodovia.
 (b) Refere-se à locação de máquinas relacionadas a conservação de rodovias.
 (c) Refere-se à locação de *containers*.

Vida útil média em anos	31.12.2025	31.12.2024
Veículos	4	4
Imóveis	4	4
Máquinas e equipamentos	1	1
Guinchos	1	1
Outros	1	1

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

A movimentação é como segue:

	31.12.2024	Adições	Transferências (*)	31.12.2025
<u>Custo</u>				
Móveis e utensílios	68	198	-	266
Computadores e periféricos	2.870	590	-	3.460
Veículos	15.243	7.948	-	23.191
Instalações, edifícios e dependências	-	109	46	155
Máquinas e equipamentos	19.363	1.129	(46)	20.446
Outras imobilizações	760	790	250	1.800
Total custo	38.304	10.764	250	49.318
<u>Depreciação acumulada</u>				
Móveis e utensílios	(3)	(20)	-	(23)
Computadores e periféricos	(437)	(614)	-	(1.051)
Veículos	(1.631)	(3.943)	-	(5.574)
Instalações, edifícios e dependências	-	(11)	-	(11)
Máquinas e equipamentos	(1.471)	(1.959)	-	(3.430)
Outras imobilizações	(53)	(110)	-	(163)
Total amortização acumulada	(3.595)	(6.657)	-	(10.252)
Imobilizado líquido	34.709	4.107	250	39.066
	31.12.2023	Adições	Transferências	31.12.2024
<u>Custo</u>				
Móveis e utensílios	-	68	-	68
Computadores e periféricos	-	973	1.897	2.870
Veículos	-	14.732	511	15.243
Máquinas e equipamentos	-	19.363	-	19.363
Outras imobilizações	-	760	-	760
Total custo	-	35.896	2.408	38.304
<u>Depreciação acumulada</u>				
Móveis e utensílios	-	(3)	-	(3)
Computadores e periféricos	-	(437)	-	(437)
Veículos	-	(1.631)	-	(1.631)
Máquinas e equipamentos	-	(1.471)	-	(1.471)
Outras imobilizações	-	(53)	-	(53)
Total amortização acumulada	-	(3.595)	-	(3.595)
Imobilizado líquido	-	32.301	2.408	34.709

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para o imobilizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Taxas de depreciação - a.a.	31.12.2025	31.12.2024
Móveis e utensílios	10%	10%
Computadores e periféricos	20%	20%
Veículos	20%	20%
Instalações, edifícios e dependências	10%	10%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Outras imobilizações	20%	20%

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui bens dados em garantia em processos judiciais.

17. Intangível em operação e infraestrutura em construção

A movimentação é como segue:

	31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências (*)	31.12.2025
<u>Custo</u>					
Intangível em rodovias – obras e serviços	404.099	118.621	(59)	25.992	548.653
Direito de outorga da concessão	28.577	-	-	-	28.577
Software	2.862	640	-	52	3.554
Total custo	435.538	119.261	(59)	26.044	580.784
<u>Amortização acumulada</u>					
Intangível em rodovias – obras e serviços	(21.823)	(95.413)	1	-	(117.235)
Direito de outorga da concessão (**)	(796)	(955)	-	-	(1.751)
Software	(42)	(102)	-	-	(144)
Total amortização acumulada	(22.661)	(96.470)	1	-	(119.130)
Intangível em operação	412.877	22.791	(58)	26.044	461.654
Adiantamento a fornecedores (a)	585	64.078	-	(8.373)	56.290
Infraestrutura em construção (b)	10.807	195.831	-	(17.921)	188.717
Infraestrutura em construção	11.392	259.909	-	(26.294)	245.007
Intangível líquido	424.269	282.700	(58)	(250)	706.661

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo De Souza Matthiesen. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://apiconfirmations.kpmg.com.br:443> e utilize o código 51B0-43E5-8695-8AA0.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>31.12.2024</u>
Custo				
Intangível em rodovias – obras e serviços	-	203.138	200.961	404.099
Direito de outorga da concessão	-	28.577	-	28.577
Software	-	2.600	262	2.862
Total custo	-	234.315	201.223	435.538
Amortização acumulada				
Intangível em rodovias – obras e serviços	-	(21.823)	-	(21.823)
Direito de outorga da concessão (**)	-	(796)	-	(796)
Software	-	(42)	-	(42)
Total amortização acumulada	-	(22.661)	-	(22.661)
Intangível em operação	-	211.654	201.223	412.877
Adiantamento a fornecedores (a)	5.724	110.791	(115.930)	585
Infraestrutura em construção (b)	28.837	69.671	(87.701)	10.807
Infraestrutura em construção	34.561	180.462	(203.631)	11.392
Intangível líquido	34.561	392.116	(2.408)	424.269
Taxas de amortização - a.a.				
Intangível em rodovias – obras e serviços		(***)	(***)	
Direito de outorga da concessão		(***)	(***)	
Software		20%	20%	

(*) O saldo refere-se à transferência de infraestrutura em construção para o intangível e reclassificação de intangível para imobilizado, em função do início da operação da concessão.

(**) Recursos referente a direito de outorga pago conforme mencionado na nota explicativa 1 – contexto operacional.

(***) Prazo remanescente da concessão

(a) Refere-se a adiantamentos a fornecedores por serviços nas rodovias.

(b) Refere-se a serviços de projetos e estudos para a expansão nas rodovias, conforme previsto no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis.

18. Partes relacionadas

As transações efetuadas entre as partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 com as quais ocorreram operações, estão demonstradas a seguir:

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	493	215
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (a)	399	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	32	18
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (a)	114	115
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A. (a)	862	-
Total parte relacionada no ativo circulante	<u>1.900</u>	<u>348</u>
 <u>Passivo circulante</u>		
Contas a pagar:		
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	59	65
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (a)	-	1
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	936	812
Contas a pagar de partes relacionadas circulante	<u>995</u>	<u>878</u>
 Dividendos a pagar:		
Infra BR V Rodovias Holding III S.A. (b)	814	323
Total dos dividendos a pagar	<u>814</u>	<u>323</u>
 Total parte relacionada no passivo circulante	 <u>1.809</u>	 <u>1.201</u>

Movimentos de resultados estão representados por:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Contas de resultado</u>		
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	170	(2.780)
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (a)	542	-
Entrevias Concessionária de Rodovias S.A. (a)	-	(9)
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(7.974)	(5.671)
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (a)	-	91
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A. (a)	1.176	-
Infraestrutura Brasil Holding 28 S.A. (a)	13.174	-
Total	<u>7.088</u>	<u>(8.369)</u>

- (a) Referem-se a compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa da IBH I Serviços e Participações S.a., que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (b) Saldo a pagar de dividendos conforme nota explicativa 26.

Remuneração dos Administradores

Em 22 de abril de 2025, foi aprovado em ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores em até R\$5.783 para o ano de 2025 (R\$10.000 para dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Composição:		
Salário	2.718	2.171
Bônus variáveis	730	1.208
Encargos	1.194	673
Provisão (Férias, 13º)	528	422
Outros benefícios	621	481
Total	<u>5.791</u>	<u>4.955</u>

19. Fornecedores

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Fornecedores nacionais	30.106	27.169
Fornecedores provisão (a)	7.930	9.585
Total fornecedores circulante	<u>38.036</u>	<u>36.754</u>

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo no passivo circulante de R\$38.036 (R\$36.754 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados predominantemente à concessão.

(a) Provisão de notas fiscais de prestação de serviço e material registrada em virtude do período de competência.

20. Credor pela concessão e taxa de fiscalização

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Companhia não paga ônus fixo e/ou ônus variável ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado.

Os compromissos financeiros firmados pela Companhia decorrentes do contrato de concessão são:

a) Taxa de fiscalização

Ao longo de todo o prazo de concessão deve ser recolhido à ANTT, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante pago de verba de fiscalização foi de R\$13.572 (R\$8.913 em 31 de dezembro de 2024) e o saldo no passivo circulante a pagar é de R\$1.193 (R\$1.109 em 31 de dezembro de 2024).

b) Credor pela concessão

Correspondente a retenção de 3% (três por cento) da receita bruta ao longo de todo o prazo da concessão, podendo ser ajustado entre 0% (zero por cento) e 6% (seis por cento) em razão da aplicação do Mecanismo de Proteção Cambial, na forma prevista no contrato.

Em 31 de dezembro de 2025 o montante do compromisso a pagar é R\$68.637 (R\$41.252 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

21. Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais

Estão representados por:

	31.12.2025	31.12.2024
Salário e remunerações a pagar	442	2
Provisão para participação nos lucros ou resultados	6.761	5.119
Encargos sociais e previdenciários	2.133	1.834
Provisões Férias e 13º salários	5.024	3.620
Total obrigações sociais	14.360	10.575

22. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Estão representados por:

	31.12.2025	31.12.2024
Imposto de renda - IRPJ	11.409	14.885
Contribuição social - CSLL	5.549	7.195
Total IRPJ e CSLL	16.958	22.080
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	207	107
Programa de integração social - PIS	368	362
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.741	1.718
Tributos federais retidos	995	1.466
Obrigações fiscais federais	3.311	3.653
Impostos sobre serviços - ISS	3.714	3.891
Obrigações fiscais municipais	3.714	3.891
Total Obrigações fiscais	7.025	7.544

23. Arrendamento mercantil

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	8.071	-
Adições	5.787	16.451
Remensuração	343	(936)
Juros provisionado	1.087	1.093
Pagamento de principal	(4.444)	(7.444)
Pagamento de juros	(1.087)	(1.093)
Baixa	(89)	-
Saldo final	9.668	8.071
Passivo circulante	3.789	3.588
Passivo não circulante	5.879	4.483

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$1.087 em juros provisionados de arrendamento (R\$1.093 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Para os contratos reconhecidos no ano de 2025, a média da taxa de desconto é de 15,06% a.a. (11,09% a.a. em 31 de dezembro de 2024), a determinação da taxa de desconto utilizada tem como base a taxa incremental utilizando premissas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, a realização da parcela não circulante do arrendamento apresenta os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31.12.2025</u>
2027	3.685
2028	1.174
2029	593
Após 2029	427
	<u>5.879</u>

24. Provisão de manutenção

A Companhia constitui provisão de manutenção com o objetivo de mensurar o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente, considerando os valores da próxima intervenção no ciclo de 5 anos.

A composição dos saldos da provisão de manutenção é como segue:

	<u>31.12.2025</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	81.553	132.825	214.378
Adições/Reversões	57.661	158.705	216.366
Utilizações	(66.145)	-	(66.145)
Ajuste a valor presente	13.631	(15.678)	(2.047)
Transferências	52.553	(52.553)	-
Saldo final	<u>139.253</u>	<u>223.299</u>	<u>362.552</u>

	<u>31.12.2024</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	-	-	-
Adições/Reversões	80.262	160.275	240.537
Ajuste a valor presente	1.291	(27.450)	(26.159)
Saldo final	<u>81.553</u>	<u>132.825</u>	<u>214.378</u>

A Companhia reconheceu no resultado em 31 de dezembro de 2025 o valor de R\$214.319 (R\$214.378 em 31 de dezembro de 2024) em provisão para manutenção.

25. Provisão para riscos processuais e depósitos judiciais

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e na análise da jurisprudência aplicável, classifica a probabilidade de perda dos processos em provável, possível ou remota e entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A composição do risco é como segue:

Probabilidade de perda	31.12.2025		31.12.2024	
	Provável	Possível	Provável	Possível
Natureza do risco:				
Cíveis (a)	230	-	-	-
Trabalhistas (b)	58	1.405	-	-
Total	288	1.405	-	-

A movimentação dos saldos dos riscos é como segue:

	31.12.2024	Constituição/ Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	31.12.2025
Cíveis (a)	-	335	(138)	33	230
Trabalhistas (b)	-	111	(65)	12	58
Total	-	446	(203)	45	288

- (a) Processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário, em que a Companhia é parte.
- (b) Processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros, em que a Companhia é parte.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$491 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024) em provisão para riscos processuais.

A composição dos depósitos judiciais é como segue:

Depósitos judiciais	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	36	10
Total	36	10

26. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$735.074 (R\$735.074 em 31 de dezembro de 2024), compostos por 735.074.410 (735.074.410 em 31 de dezembro de 2024), ações ordinárias e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas, pela única controladora direta a Infra BR V Rodovias Holding III S.A..

b) Reserva legal

A Companhia segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê em cada exercício social a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A..

A Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* Assembleia Geral Ordinária, juros sobre capital próprio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

27. Receitas

Estão representadas por:

	31.12.2025	31.12.2024
Receita de pedágio	616.178	443.809
Receita acessória	326	-
Receita de serviços de construção (a)	322.464	386.069
Receita bruta	938.968	829.878
Imposto Sobre Serviços – ISS	(30.816)	(22.190)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(18.507)	(13.326)
Programa de Integração Social - PIS	(4.010)	(2.887)
Deduções	(53.333)	(38.403)
Receita líquida	885.635	791.475

- (a) Sobre a receita de serviços de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. A receita de construção foi reconhecida de acordo com ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão.

28. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	31.12.2025	31.12.2024
Com pessoal	(78.531)	(63.885)
Comunicação e <i>marketing</i>	(336)	(769)
Conservação	(23.391)	(12.188)
Consumo	(4.333)	(2.714)
Custos de serviços da construção	(322.464)	(386.069)
Depreciação / Amortização	(107.603)	(34.616)
Manutenção de bens e conservação	(4.200)	(1.889)
Ônus variável	(25.882)	(13.243)
Provisão de manutenção em rodovias	(216.366)	(240.537)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(446)	(8)
Publicações legais	(14)	(84)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(538)	-
Seguros / Garantias	(4.446)	(4.630)
Serviços de terceiros (*)	(41.869)	(29.987)
Transportes	(6.379)	(3.875)
Verba de fiscalização	(13.656)	(11.132)
Outros	(9.091)	(11.468)
Total	(859.545)	(817.094)
Custo dos serviços prestados	(788.602)	(768.281)
Despesas gerais e administrativas	(70.943)	(48.813)
Total	(859.545)	(817.094)

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviço de limpeza, vigilância e outros.

29. Resultado financeiro

Estão representados por:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receita financeira:		
Aplicações financeiras	54.357	61.022
Encargos Financeiros - ajuste a valor presente	2.047	26.159
Outras receitas	20	20
Total receita financeira	56.424	87.201
Despesa financeira:		
Encargos financeiros sobre arrendamento mercantil	(1.087)	(1.093)
Tributos s/receitas financeiras	(2.529)	(2.839)
Atualização monetária sobre provisão de contingência	(45)	-
Outras despesas (*)	(1.009)	(755)
Total despesa financeira	(4.670)	(4.687)
Total resultado financeiro	51.754	82.514

(*) Refere-se a despesas bancárias, imposto sobre operações financeiras – IOF, juros e multas sobre obrigações e outros.

30. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do resultado básico e diluído por ação:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Resultado do exercício	51.763	37.805
Número de ações durante o exercício (*)	735.074	735.074
Resultado por ação	0,0704	0,0514

31. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber com partes relacionadas, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se darão de forma bem distribuída durante todo o período societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta valores a receber de R\$41.573 (R\$30.738 em 31 de dezembro de 2024), sendo 94,1% (95,6% em 31 de dezembro de 2024) deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – “OSAs”, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a Administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas 9 e 10. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o exercício.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações:

31 de dezembro de 2025	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Fornecedores	38.036	38.036	38.036	-
Arrendamento mercantil a pagar	9.668	11.343	4.457	6.886
Contas a pagar - partes relacionadas	995	995	995	-
Credores pela concessão	68.637	69.528	69.528	-
	117.336	119.902	113.016	6.886

31 de dezembro de 2024	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Fornecedores	36.754	36.754	36.754	-
Arrendamento mercantil a pagar	8.071	8.828	3.619	5.209
Contas a pagar - partes relacionadas	878	878	878	-
Credores pela concessão	41.252	41.252	41.252	-
	86.955	87.712	82.503	5.209

Análise de sensibilidade

O perfil financeiro da Companhia, têm estrutura atual composta por aplicações financeiras atreladas ao CDI, e sem a existência de financiamentos, derivativos ou exposições relevantes a outros riscos financeiros.

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adotou o seguinte cenário:

Cenário Base (Provável): Mantida a taxa CDI vigente no encerramento do exercício, considerando como referência o cenário econômico corrente, com cenário para os próximos 12 meses, obtido da projeção do BACEN no boletim Focus de 26 de dezembro de 2025 publicado em 29 de dezembro de 2025.

A taxa considerada foi:

Referência para ativos financeiros	Cenário provável	
	31.12.2025	31.12.2024
CDI ativo (% a.a.)	12,15%	14,65%

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 31.12.2025	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	332.274	CDI	12,15%	40.371
Total	332.274			40.371

Impacto no resultado e no patrimônio líquido

Instrumentos	Exposição em 31.12.2024	Risco	Cenário provável	
			%	Valor
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	484.418	CDI	14,65%	70.967
Total	484.418			70.967

Impacto no resultado e no patrimônio líquido

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	- (i)	283.808	198.277
Aplicações financeira	- (i)	50.166	289.955
Conta corrente restrita	- (i)	66.946	40.007
Contas a receber clientes	- (i)	41.573	30.738
Contas a receber - partes relacionadas	- (i)	1.900	348
Outros Créditos	- (i)	180	16
Depósitos judiciais	- (i)	36	10
Total do ativo		<u>444.609</u>	<u>559.351</u>
Passivo			
Contas a pagar - partes relacionadas	- (ii)	995	878
Fornecedores	- (ii)	38.036	36.754
Taxa de fiscalização	- (ii)	1.193	1.109
Credores pela concessão	- (ii)	68.637	41.252
Outras contas a pagar	- (ii)	700	174
Arrendamento mercantil a pagar	- (ii)	9.668	8.071
Total do passivo		<u>119.229</u>	<u>88.238</u>
(i)	custo amortizado		
(ii)	outros passivos financeiros		

Mensuração a valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Técnicas de mensuração do valor justo:

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

- (i) Os saldos de fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de equivalentes de caixa, conta corrente restrito, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber e contas a receber com partes relacionadas se aproximam do valor justo na data do balanço patrimonial.

32. Seguros e garantias

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária.

Em 31 de dezembro de 2025, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Seguro garantia (a)	521.462	até junho de 2026
Risco de engenharia (b)	260.000	até agosto de 2026
Responsabilidade civil geral (c)	40.000	até julho de 2026

(a) indenização no caso de descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes da Lei ou do Edital, incluindo a recusa de assinatura do Contrato de Concessão, não atendimento das exigências para a assinatura do contrato, nas condições e no prazo estabelecidos no Edital.

(b) cobertura de todas as obras civis e instalações e montagens para a construção, adequação/reforma geral e manutenção ampla das cinco praças de pedágios com prédios administrativos e edifícios de Serviços de Atendimento ao Usuário - SAU que existirem em conjunto com as praças.

(c) indenização a terceiro reclamante e/ou reembolsar o segurado, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos nas obras cobertas pelo Risco de Engenharia (b).

33. Transações que não afetam o caixa

As aquisições de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção que não tiveram impacto direto sobre o fluxo de caixa corrente em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

<u>Saldos a pagar no fim do exercício sem efeito caixa</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Intangível e infraestrutura em construção		
Aquisição de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção em obrigações fornecedores	28.384	46.697
Aquisição de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção em obrigações fiscais	6.600	531
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	34.984	47.228
Imposto de renda e contribuição pagos		
Imposto de renda e contribuição compensados	9.183	4.778
Total dos fluxos de caixa em imposto de renda e contribuição social pagos	9.183	4.778

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

34. Informações por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

A Companhia não possui grau de dependência relevante em relação a qualquer cliente individualmente considerado, ou a grupo de clientes sob controle comum, que represente receita igual ou superior a 10% da receita total do exercício. A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação tarifária decorrente da operação da concessão rodoviária, a qual é caracterizada por alta pulverização entre os usuários da rodovia.

* * *

Sergio Ray Santillan
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor financeiro

Danilo Iankovski
Contador
CRC 1SC027138/O-0 T-PR

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas KPMG. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://apiconfirmations.kpmg.com.br/Verificar/51B0-43E5-8695-8AA0>.

Por motivo de segurança e sigilo das informações, não é permitido o download do documento pela tela de validação de assinatura.

Código para verificação: 51B0-43E5-8695-8AA0



Hash do Documento

BD7C13CBE9A74478B7D80DD097A791F42F13C2121C8830C0F011CF47A8F86A1C

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/02/2026 é(são) :

Gustavo de Souza Matthiesen - 321.008.008-92 em 27/02/2026

18:45 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital